

ÍNDICE

	<i>Págs.</i>
<i>I – INTRODUÇÃO</i>	<i>1</i>
<i>Nota Prévia</i>	
<i>Aspetos Relevantes</i>	<i>2</i>
<i>II – ATIVIDADES</i>	
<i>III – RELATÓRIO FINANCEIRO</i>	<i>5</i>
<i>ANÁLISE ORÇAMENTAL</i>	
<i>1. Principais destaques</i>	
<i>2. Principais indicadores</i>	
<i>3. Equilíbrio Orçamental</i>	<i>7</i>
<i>4. Análise da Despesa</i>	<i>10</i>
<i>5. Análise da Receita</i>	<i>18</i>
<i>6. Movimentos de Tesouraria</i>	<i>24</i>
<i>IV – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA</i>	<i>26</i>
<i>7. Análise do Balanço</i>	
<i>8. Análise da Demonstração de Resultados</i>	<i>35</i>
<i>9. Dívida</i>	<i>40</i>
<i>10. Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício</i>	<i>44</i>
<i>11. Proposta de aplicação de Resultados</i>	<i>45</i>

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

O presente Relatório foi produzido em cumprimento do disposto no ponto 13, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, pretendendo ser esclarecedor no que concerne às origens das Receitas e Despesas, bem como à situação económica e financeira da Câmara Municipal de Setúbal relativamente ao exercício de 2017.

Ao longo do presente documento far-se-á igualmente uma análise contabilística da Autarquia centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando o nível de endividamento municipal.

A metodologia utilizada passou pela elaboração de rácios, quadros e gráficos a partir dos mapas da conta de gerência, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal no quadro das suas atribuições e competências.

Assim sendo e nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017, de harmonia com o estipulado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do mencionado Anexo.

Aspetos Relevantes

No exercício de 2017 o Resultado Líquido do Exercício da Autarquia para além de se apresentar positivo aumentou comparativamente ao exercício anterior, demonstrando esse fato uma consolidação do equilíbrio financeiro na sequência do que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Resumidamente, importa destacar:

- O acréscimo da receita corrente em 2,1 milhões de euros (3,0%), face ao ano transato, com todas as rubricas correntes a demonstrarem um aumento relativamente a 2016, exceto as outras receitas correntes, que diminuíram. O maior aumento verificado na arrecadação de receita corrente foi nos impostos indiretos;
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência), foi inferior ao valor arrecadado em 2016, em 4,3 milhões de euros, devido a uma contratação inferior de empréstimos de curto prazo;
- Uma diminuição de 6,7% do total da despesa paga relativamente a 2016;
- O aumento da dívida de médio e longo prazo, em 1,9 milhões de euros;
- Um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 216 dias;
- Uma redução dos pagamentos em atraso em 40 milhares de euros face a 2016;
- A manutenção da capacidade de endividamento face à lei em vigor, obtendo uma margem utilizável de endividamento de 9,9 milhões de euros;
- Na ótica patrimonial, destaca-se o resultado líquido do exercício de 6,3 milhões de euros, significando tal ocorrência um aumento relativo ao exercício anterior de 1,7 milhões de euros.

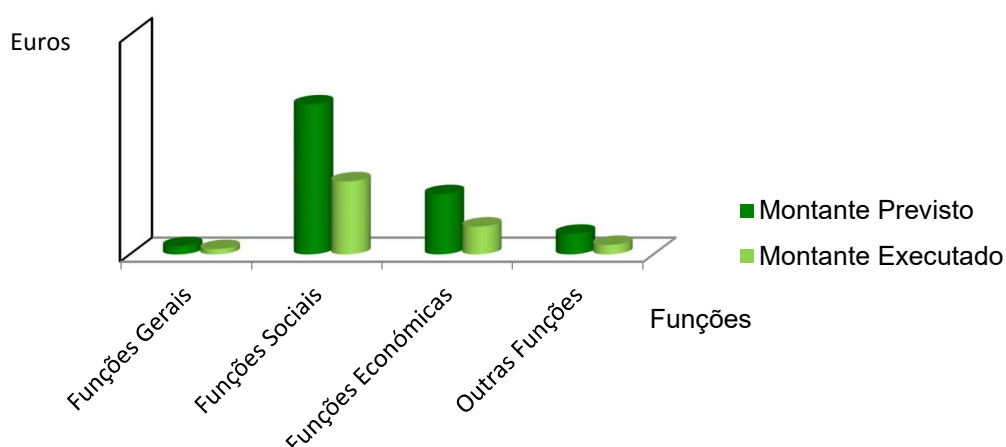
II – ATIVIDADES

As prioridades da Autarquia sustentaram-se nos princípios e prioridades do Orçamento aprovado para o ano em análise, cujos objetivos estratégicos seguiram em sintonia com o programa autárquico de 2013-2017 e que refletiu ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos os quais não podiam deixar de ser honrados.

As prioridades constantes do referido documento traduzem-se em 15 objetivos estratégicos transversais à Autarquia.

As Grandes Opções do Plano (GOP), que agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades Municipais (PAM), incorporam esses objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais.

Gráfico 1. Grandes Opções do Plano – 2017



As Funções Sociais assumem uma importância superior às demais em termos de peso comparativo, com 63,2% do total executado (20,1 milhões de euros), seguidas das Funções Económicas com 24,1% (7,6 milhões de euros), das Outras Funções com 8,2% (2,6 milhões de euros) e das Funções Gerais com 4,6% (1,4 milhões de euros).

Analisando as GOP do ano 2017, verificava-se uma dotação inicial de 64.040 milhares de euros, tendo a dotação final atingido o valor de 65.531 milhares de euros. Por seu lado, da dotação final foram cabimentadas despesas no montante de 58.155 milhares de euros, tendo sido assumidas despesas no montante de 55.124 milhares de euros e realizados pagamentos no valor de 31.808 milhares de euros, conforme mapa constante da Prestação de Contas.

Da observação do quadro abaixo importa destacar as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo os do âmbito da Proteção do Meio Ambiente (5,7 milhões de euros), da Cultura (5,7 milhões de euros), do Ordenamento do Território (5,5 milhões de euros), do Ensino não superior (3,9 milhões de euros), dos Resíduos Sólidos (3,9 milhões de euros) e do Abastecimento de Água (3,3 milhões de euros).

Quadro 1. Despesas por Objetivos – 2017
Unid: euros

OBJ	FUNÇÃO	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL (%)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	
2.	FUNÇÕES SOCIAIS						
2.1.	EDUCAÇÃO						
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	4 763 050,00	4 556 762,00	4 160 541,04	3 890 086,71	2 286 347,35	50,17
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.	SAÚDE						
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	9 400,00	9 400,00	3 658,12	3 658,12	3 658,12	38,92
2.3.	SEGURANÇA E AÇÕES SOCIAIS						
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	257 400,00	241 900,00	197 586,19	197 586,19	166 082,51	68,66
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS						
2.4.1.	HABITAÇÃO	1 556 800,00	2 502 100,00	2 466 762,32	2 231 872,87	1 307 131,33	52,24
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	6 922 300,00	7 412 200,00	5 755 399,08	5 512 426,74	1 913 433,79	25,81
2.4.3.	SANEAMENTO	3 424 100,00	2 940 700,00	2 753 913,87	2 652 075,05	748 546,54	25,45
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3 230 600,00	3 382 700,00	3 282 387,01	3 281 284,61	2 315 509,68	68,45
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	4 250 400,00	3 875 400,00	3 873 704,96	3 873 704,96	3 702 661,17	95,54
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	7 156 300,00	7 197 800,00	5 897 551,18	5 662 082,91	2 817 279,29	39,14
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS						
2.5.1.	CULTURA	5 623 500,00	6 327 500,00	5 858 059,21	5 665 186,08	3 167 000,81	50,05
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	2 115 800,00	2 239 650,00	2 139 887,95	2 056 882,21	1 665 142,77	74,35
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	354 300,00	354 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		39 663 950,00	41 040 412,00	36 389 450,93	35 026 846,45	20 092 793,36	48,96

III – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

O quadro abaixo mostra a evolução da execução orçamental de 2017 face aos valores executados nos últimos três anos, em especial com o ano anterior.

Quadro 2. Evolução da Execução Orçamental – 2014/15/16/17

Unid: milhares euros

	Execução 2014	Execução 2015	Execução 2016	Execução 2017	Variação 2016/17	
					Valor	%
Receitas Cobradas	67 838	83 670	89 302	82 300	-7 002	-7,73
Despesas Pagas	65 613	77 652	88 118	82 215	-5 903	-6,70

Analisando os movimentos financeiros executados na gerência de 2017 verificamos que a receita cobrada ascendeu a 82,3 milhões de euros, registando uma quebra de 7,0 milhões de euros relativamente a 2016 (cerca de 7,7%). Por seu lado, as despesas pagas ascenderam a 82,2 milhões de euros, diminuindo cerca de 6,7% (5,9 milhões de euros).

2. Principais indicadores

Em termos gerais, poder-se-á referir que os rácios orçamentais demonstram a manutenção de um efetivo controlo do Orçamento durante o exercício de 2017.

Os montantes das receitas totais arrecadadas, sem o saldo da gerência anterior, foram ligeiramente inferiores à despesa total paga.

O investimento por munícipe aumentou em comparação com o ano 2016, devido sobretudo às obras participadas pelo Quadro Comunitário – Portugal 2020.

Assistiu-se a um decréscimo do peso dos passivos financeiros no investimento devido a este ano ter-se contraído menos empréstimos de curto prazo em relação ao ano anterior.

O peso das despesas de pessoal do quadro nas receitas correntes, o qual tem vindo a diminuir sucessivamente ao longo dos anos em análise.

Destaque para o aumento significativo do peso das receitas correntes nas receitas totais comparativamente com os dois anos anteriores.

Quadro 3. Indicadores – 2014/15/16/17

INDICADORES GLOBAIS	2014	2015	2016	2017
EQUILIBRIO LEGAL				
Receitas Correntes/Despesas Correntes	1,16	1,18	1,22	1,21
Receita Total/Despesa Total	1,03	1,08	1,01	0,99
Receita Corrente Bruta / (Despesa Corrente + Amortização média de Empréstimos MLP)	1,07	1,09	1,14	1,14
MEIOS HUMANOS				
Despesas de Pessoal/Municípios (Censos 2011)	0,21	0,21	0,21	0,22
Despesas Pessoal Quadro/Receitas Correntes (ano anterior)	0,22	0,21	0,20	0,19
MEIOS FINANCEIROS				
Impostos Diretos/Municípios (censos 2011)	0,31	0,32	0,33	0,34
Aquisição de Bens e Serviços/Municípios (censos 2011)	0,19	0,20	0,21	0,22
Investimento/Municípios (censos 2011)	0,06	0,09	0,06	0,11
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	2,05	0,66	0,72	0,77
Passivos Financeiros/Investimento	0,63	0,90	2,83	0,69
INDICADORES DE EFICÁCIA				
Receita Total/Receita Final Orçada	0,51	0,64	0,62	0,63
Despesa Executada/Despesa Final Orçada	0,52	0,61	0,65	0,63
INDICADORES DE EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE				
Receitas Correntes/Receitas Totais	0,96	0,82	0,84	0,89
Receitas Capital/Receitas Totais	0,03	0,18	0,15	0,11
Investimento/Investimento Previsto	0,23	0,40	0,25	0,35
Investimento/Despesas de Pessoal	0,29	0,42	0,30	0,50
Impostos/Receitas Correntes	0,57	0,61	0,59	0,59

Nota: Total de Municípios – 121.185

3. Equilíbrio Orçamental

3.1. Equilíbrio Corrente

Quadro 4. Poupança corrente do exercício – 2016/17

Unid: milhares euros

Designação	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Receita corrente cobrada	70 337	72 465	2 128	3,03
Despesa corrente executada	57 736	59 642	1 906	3,30
Poupança corrente executada	12 601	12 823	222	1,76
Dívida corrente transitada da gerência anterior	16 691	13 941	-2 750	-16,48
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	13 632	13 294	-338	-2,48
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	21 168	21 798	630	2,98
Poupança corrente do exercício	36 828	35 268	-1 560	-4,24

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução do Orçamento do Município de Setúbal cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente executada foi de 12,8 milhões de euros. Se a esta poupança acrescentarmos os movimentos das dívidas correntes transitadas, bem como, da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e se retirar o valor das dívidas correntes que transitam para a gerência seguinte, poderemos calcular a poupança corrente do exercício no ano corrente a qual é de 35,3 milhões de euros.

Quadro 5. Regra do equilíbrio orçamental – 2017

Unid: milhares euros

Descrição	Valor
Receitas correntes cobradas brutas	72 465
Despesas correntes pagas	59 642
Saldo corrente	12 823
Amortização média dos EMLP	3 900
Excedente anual	8 923

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro da Autarquia evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda em 2017, o excedente de 8,9 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações.

3.2. Equilíbrio Efetivo

Na execução do Orçamento de 2017 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas totais menos os ativos e passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

Quadro 6. Saldo global efetivo – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Receitas correntes	70 337	72 465	2 128	3,03
Receitas de capital (efetivas)	12 898	8 591	-4 307	-33,39
Receita efetiva (1)	83 235	81 056	-2 179	-2,62
Despesas correntes	57 735	59 642	1 907	3,30
Despesas de capital (efetivas)	30 383	22 572	-7 811	-25,71
Despesa efetiva (2)	88 118	82 214	-5 904	-6,70
Saldo corrente	12 602	12 823	221	1,75
Saldo de capital	-17 485	-13 981	3 504	-20,04
Saldo Global efetivo (1)+(2)	-4 883	-1 158	3 725	-76,29

Da análise do quadro supra podemos concluir que o saldo global efetivo aumentou relativamente ao ano transato devido à redução da despesa efetiva, com ênfase para a diminuição das despesas de capital em 25,7%, apesar da redução da receita efetiva, em consequência da diminuição em 33,4% das receitas de capital.

Assim, apesar de negativo, o saldo global efetivo demonstra significativas melhorias em 2017, exigindo continuidade na aplicação de medidas de poupança, no sentido de se continuar a reduzir a dívida municipal, sem pôr em causa os investimentos estratégicos do Concelho.

4. Análise da Despesa

4.1. Execução

Das despesas pagas em 2017, sobressaem pela sua relevância, os montantes referentes às rubricas de aquisição de bens e serviços (31,8%), pessoal (31,7%), aquisição de bens de capital (15,9%), e passivos financeiros (10,9%).

Quadro 7. Pagamentos – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016	2017	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Despesas Correntes				
Pessoal	25 455	26 090	2,5	31,7
Aquisição de Bens e Serviços	24 855	26 132	5,1	31,8
Juros e Outros Encargos	1 407	1 175	-16,5	1,4
Transferências Correntes	5 444	5 604	2,9	6,8
Outras Despesas Correntes	574	641	11,7	0,8
Total Corrente	57 735	59 642	3,3	72,5
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens de Capital	7 752	13 043	68,3	15,9
Transferências de Capital	268	152	-43,3	0,2
Ativos Financeiros	414	414	0,0	0,5
Passivos Financeiros	21 949	8 963	-59,2	10,9
Outras Despesas de Capital	0	0	0,0	0,0
Total Capital	30 383	22 572	-25,7	27,5
TOTAL GERAL	88 118	82 214	-6,7	100,0

A rubrica de pessoal teve um ligeiro acréscimo de 2,5%, comparativamente a 2016, particularmente no que diz respeito às remunerações e respetivos encargos.

As aquisições de bens e serviços aumentaram 5,1%, devido ao aumento no pagamento dos combustíveis, nos encargos com instalações municipais, seguros, vigilância e segurança, entre outros.

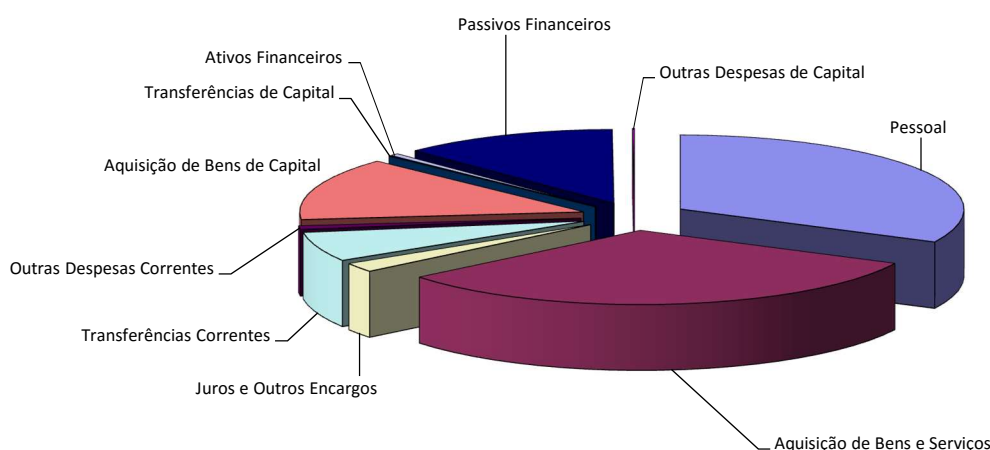
A rubrica dos juros e outros encargos apresentou um decréscimo de 16,5%, face ao valor apresentado em 2016, motivado sobretudo pela sucessiva e gradual redução das taxas de juro nos mercados financeiros que ocorre desde 2014, verificando-se inclusivamente taxas negativas.

As transferências correntes registaram um acréscimo de 2,9%, motivado pelo aumento do valor atribuído no quadro dos Protocolos de Delegação de Competências celebrados com as Juntas/União de Freguesias.

As aquisições de bens de capital destacam-se com o maior crescimento registado, cerca de 68,3%, especialmente devido às locações financeiras realizadas.

Quanto aos passivos financeiros a diminuição verificada, cerca de 59% ficou a dever-se à diminuição de contração e respetiva liquidação de empréstimos de curto prazo em 13 milhões de euros, face a 2016.

Gráfico 2. Pagamentos – 2017



4.2. Por unidade orgânica

No quadro infra estão apresentados os valores comprometidos, pagamentos efetuados e compromissos por pagar das diversas unidades orgânicas municipais, relativamente aos anos de 2016 e 2017.

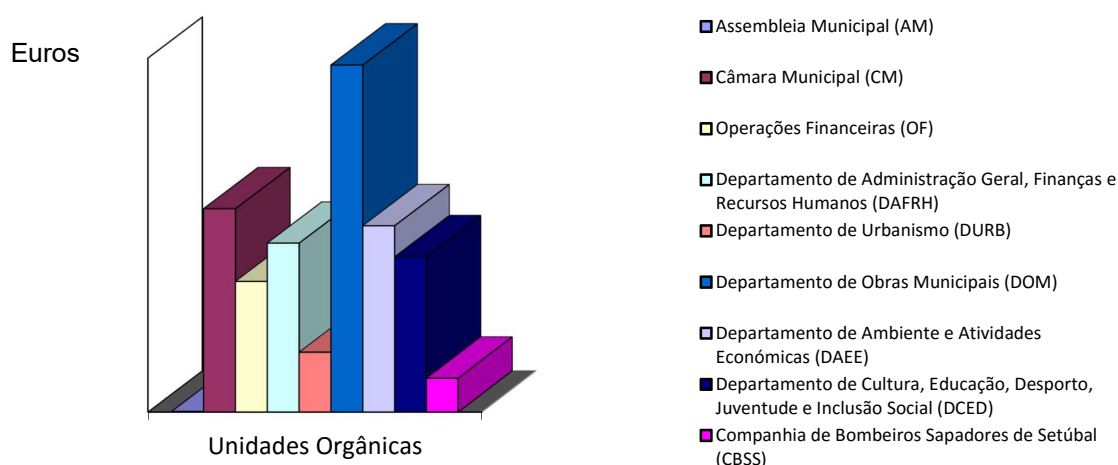
Quadro 8. Despesa por unidade orgânica – 2016/17

Unid: milhares euros

Código	Unidade Orgânica	2016			2017		
		Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Compromissos por Pagar	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Compromissos por Pagar
01	Administração Autárquica						
01.01	Assembleia Municipal	60	60	0	34	34	0
01.02	Câmara Municipal	14 678	12 247	2 431	17 446	14 254	3 192
01.03	Operações Financeiras	24 575	23 771	804	11 141	10 552	590
02	Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos	13 032	9 489	3 543	14 693	11 284	3 409
03	Departamento de Urbanismo	4 053	2 795	1 258	5 104	3 832	1 272
04	Departamento de Obras Municipais	25 490	12 563	12 928	29 720	15 711	14 009
05	Departamento de Ambiente e Atividades Económicas	16 646	12 880	3 766	16 271	12 261	4 009
06	Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social	14 500	11 606	2 893	13 851	11 408	2 443
07	Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	2 745	2 707	38	2 955	2 879	76
TOTAL GERAL		115 779	88 118	27 661	111 215	82 215	29 000

No ano 2017, foram assumidos compromissos no valor de 111,2 milhões de euros e efetuados pagamentos no valor de 82,2 milhões de euros, o que comparado com o ano anterior, resultou numa redução de 4,6 milhões de euros nos compromissos assumidos e de 5,9 milhões de euros nos pagamentos realizados.

Gráfico 3. Despesa por unidade orgânica – 2017



Numa análise da despesa por unidade orgânica poderemos concluir que:

O Departamento de Obras Municipais (DOM), registou um valor de 29,7 milhões de euros. Sendo um serviço cuja operacionalidade assenta na intervenção ao nível das obras municipais são assumidas por este Departamento as despesas relacionadas com os combustíveis para as viaturas da frota municipal e diversa maquinaria de intervenção, os fornecimentos contínuos para a reparação e manutenção das viaturas da frota municipal, dos materiais referentes a serralharia, eletricidade, construção civil, pintura e canalização, com a locação de viaturas para toda a estrutura orgânica da autarquia, para além de diversas obras no Concelho.

A unidade orgânica Câmara Municipal (CM) atingiu uma execução de 17,4 milhões de euros. Ela engloba os custos de funcionamento relativos a água, eletricidade e os custos da atividade dos diversos Gabinetes Municipais, tais como: Saúde, Planeamento Estratégico, de Apoio às Freguesias, Serviço Municipal de Proteção Civil, Turismo, Centros Históricos, Auditoria Interna e onde são também são assumidas as despesas relativas à Delegação de Competências nas Juntas/União de Freguesias.

O Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAEE), atingiu uma execução de 16,3 milhões de euros de compromissos, consequência da operacionalidade deste serviço, observável ao nível da limpeza e higiene pública, incluindo o tratamento dos resíduos sólidos, as despesas realizadas com a desratização/desbaratização/desinsectização e a conservação/manutenção de zonas verdes.

O Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos (DAFRH) que apresenta um montante 14,7 milhões de euros em assunção de compromissos, sendo responsável por custos transversais à Autarquia, entre outros, os encargos de cobrança, ADSE, publicidade, comunicação e imagem, outsourcing de equipamentos e comunicações.

O Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED) patenteia uma execução de 13,8 milhões de euros, sendo responsável pela atividade a nível cultural, desportiva, educativa e social do Município de Setúbal.

A unidade orgânica Operações Financeiras (CF) que engloba os encargos com os empréstimos contraídos, os juros moratórios por atraso de pagamento e o Fundo de Apoio Municipal, teve uma execução no exercício de 11,1 milhões de euros.

Por fim, o Departamento de Urbanismo (DURB) apresenta uma despesa de 5,1 milhões de euros; a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) uma despesa de 2,9 milhões de euros e a Assembleia Municipal (AM) uma despesa assumida no valor de 34 milhares de euros.

4.3. Transferências e subsídios

Quadro 9. Pagamentos nas transferências e subsídios – 2016/17

Unid: milhares euros

Transferências	Valor 2016	Valor 2017	Variação %
Correntes			
AML	27	27	0,0
AMRS	269	271	0,7
ANMP	6	6	0,0
AIA	15	16	6,7
Freguesias			
Protocolos	3 236	3 506	8,3
Outras	4	7	75,0
Outras transferências	1 887	1 771	-6,1
Subtotal	5 444	5 604	2,9
Capital			
Freguesias	180	125	-30,6
Outras	88	27	-69,3
Subtotal	268	152	-43,3
TOTAL	5 712	5 756	0,8

No que diz respeito aos pagamentos efetuados nesta rubrica, destacamos o volume das transferências para as Juntas/União de Freguesia, no montante de 3,5 milhões de euros, os quais decorrem da Delegação de Competências Municipais e do apoio entregue aquelas Entidades para a concretização de investimentos.

Destacamos também as outras transferências correntes, com um montante de 1,8 milhões de euros, as quais resultam maioritariamente do apoio ao programa de Ação Social Escolar – Refeições Escolares e Suplemento Alimentar; do apoio para material de desgaste e visitas de estudo no ano letivo 2017/2018; do apoio de livros e material escolar no ano letivo 2017/2018 e dos apoios financeiros às Associações e Coletividades Setubalenses para a realização de atividades de dinamização cultural, recreativa, social e desportiva.

4.4. Compromissos assumidos e por pagar

O valor dos compromissos assumidos em 2017 foi de cerca de 84 milhões de euros, totalizando o montante de 111,2 milhões de euros quando somados aos compromissos transitados (27,3 milhões de euros).

Quadro 10. Compromissos assumidos – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016	2017		
	Total	Do Exercício Anterior	Do Exercício	Total
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	25 945	1 076	25 495	26 571
Aquisição de Bens	4 433	1 787	3 023	4 810
Aquisição de Serviços	32 421	9 633	23 637	33 270
Juros e outros encargos	2 211	992	773	1 765
Transferências Correntes	5 590	232	5 561	5 793
Outras despesas correntes	769	221	506	727
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	21 739	13 370	15 326	28 696
Transferências de Capital	308	40	166	206
Ativos Financeiros	414	0	414	414
Passivos Financeiros	21 949	0	8 963	8 963
Outras despesas de capital	0	0	0	0
TOTAL	115 779	27 351	83 864	111 215

Da análise do quadro supra pode verificar-se que os compromissos assumidos totais do ano 2017 são inferiores aos ocorridos no ano 2016, no montante de 4,6 milhões de euros.

Quadro 11. Compromissos por pagar – 2015/16/17

Unid: milhares euros

	2015	2016	2017
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	2 124	490	481
Aquisição de Bens	2 038	1 954	2 096
Aquisição de Serviços	14 385	10 044	9 852
Juros e outros encargos	1 480	804	590
Transferências Correntes	647	146	189
Outras despesas correntes	229	195	86
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	14 649	13 988	15 652
Transferências de Capital	73	40	54
Ativos Financeiros	0	0	0
Passivos Financeiros	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0
TOTAL	35 625	27 661	29 000

Analisando os compromissos por pagar, no triénio 2015-2017, verifica-se uma redução no ano 2016, em 7,9 milhões de euros, seguido de um ligeiro incremento no ano 2017 face ao ano anterior, no montante de 1,3 milhões de euros.

5. Análise da Receita

5.1. Execução

Quadro 12. Recebimentos – 2016/17

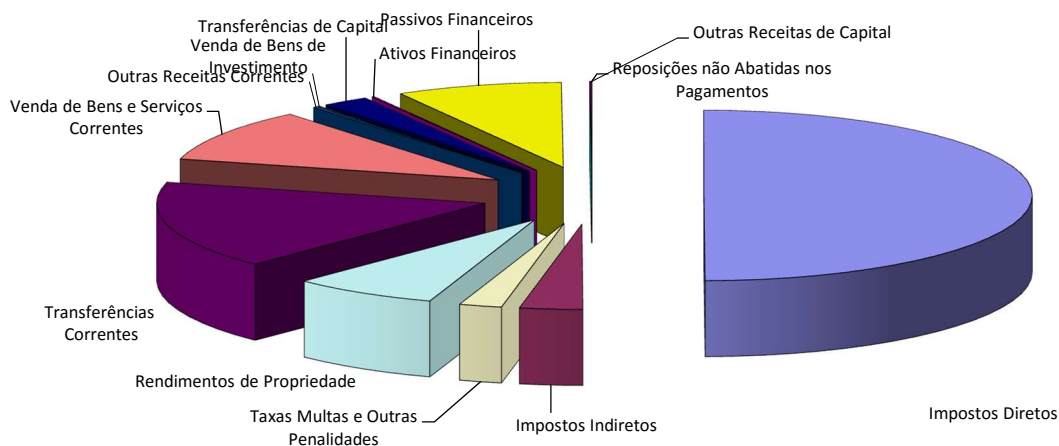
Unid: milhares euros

	2016	2017	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	39 466	40 615	2,9	50,1
Impostos Indiretos	1 959	2 486	26,9	3,1
Taxas Multas e Outras				
Penalidades	1 570	1 676	6,8	2,1
Rendimentos de Propriedade	5 802	5 821	0,3	7,2
Transferências Correntes	13 288	13 567	2,1	16,7
Venda de Bens Serviços				
Correntes	7 313	8 162	11,6	10,1
Outras Receitas Correntes	939	138	-85,3	0,2
Total da Receita Corrente	70 337	72 465	3,0	89,3
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	99	49	-50,5	0,1
Transferências de Capital	2 220	1 835	-17,3	2,3
Ativos Financeiros	422	56	-86,7	0,1
Passivos Financeiros	10 000	6 616	-33,8	8,2
Outras Receitas de Capital	157	36	-77,1	0,0
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	43	58	34,9	0,1
Total da Receita de Capital	12 898	8 592	-33,4	10,6
TOTAL GERAL	83 278	81 115	-2,6	100,0

A Autarquia teve um decréscimo de 2,6% nas receitas totais arrecadadas em 2017 face a 2016, no montante de 2,2 milhões de euros.

Este decréscimo foi motivado pela redução em 33,4% das receitas de capital, mesmo com um ligeiro crescimento de 3% nas receitas correntes.

Gráfico 4. Recebimentos – 2016/17



A receita com maior peso no conjunto das receitas correntes continua a ser a dos impostos diretos (50,1%), com o montante de 40,6 milhões de euros, seguido das transferências correntes (16,7%), com 13,6 milhões de euros e das vendas de bens e serviços correntes (10,1%), com 8,2 milhões de euros. Por seu turno, a receita com maior peso no conjunto das receitas de capital continua a ser a dos passivos financeiros com 8,2% (6,6 milhões de euros), seguido das transferências de capital com 2,3% (1,8 milhões de euros).

5.2. Impostos diretos

Quadro 13. Impostos diretos – 2016/17

Unid: milhares euros

	Dotação 2017	Execução 2017	Execução 2016	% Execução 2017	Varição %
Imposto Municipal sobre Imóveis	25 350	24 056	25 539	94,9	-5,8
Imposto Único de Circulação	2 885	2 873	2 790	99,6	3,0
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	8 353	7 895	7 592	94,5	4,0
Derrama	2 815	5 705	3 546	202,7	60,9
Impostos Abolidos	0,300	87	0	n.a.	n.a.
Impostos Diretos Diversos	0,100	0	0	0,0	0,0
TOTAL	39 403	40 616	39 467	103,1	2,9

n.a. – não aplicável

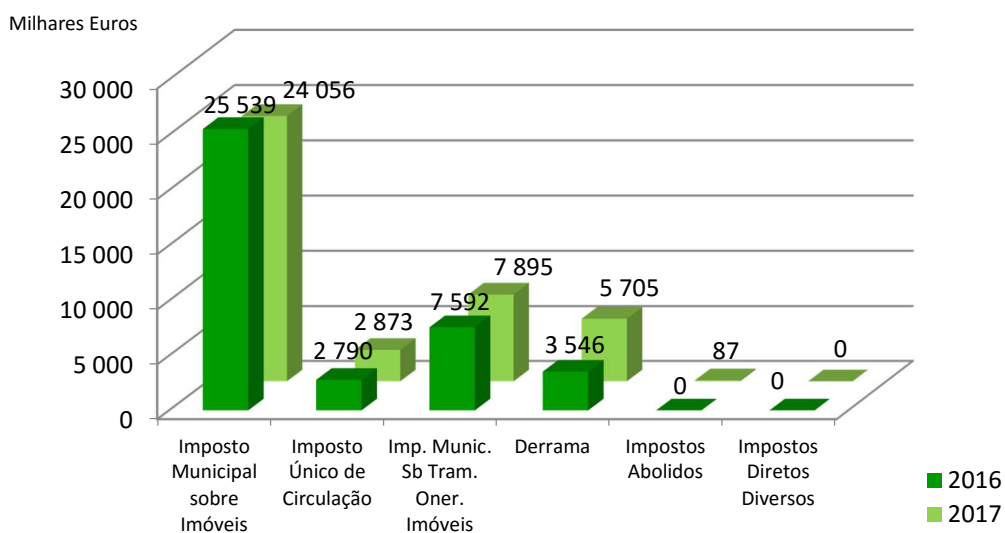
Os impostos diretos totalizam cerca de 40,6 milhões de euros, registando um incremento de 1,2 milhões de euros em relação a 2016. Dentro destes, a derrama apresentou o aumento mais significativo, no valor de 2,2 milhões de euros.

O imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto único de circulação (IUC) tiveram um acréscimo de 303 e 83 milhares de euros respetivamente.

Os impostos abolidos apresentaram a maior execução ao longo dos últimos três anos no exercício de 2017, onde a arrecadação de receita registou o valor de 87 milhares de euros.

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) é o imposto com maior arrecadação nominal. Contudo, foi o único imposto direto a diminuir em 2017, em 5,8%.

Gráfico 5. Impostos diretos – 2016/17



5.3. Impostos indiretos

Quadro 14. Impostos indiretos – 2016/17

Unid: milhares euros

	Dotação 2017	Execução 2017	Execução 2016	% Execução 2017	Varição
Loteamentos	3	27	3	900,0	800,0
Licenças de obras	183	547	187	298,9	192,5
Utilização de Edificações	15	19	17	126,7	11,8
Taxas de Vistorias	6	5	7	83,3	-28,6
Encargos de Mais-Valias	8	23	8	287,5	187,5
Taxas de Infraestruturas	240	557	349	232,1	59,6
Outros (Loteamentos/Obras)	27	21	17	77,8	23,5
Ocupação via pública (obras)	17	31	20	182,4	55,0
Instalações abastecedoras	0	0	0	0,0	0,0
Outros (Ocupação Via Pública)	330	270	264	81,8	2,3
Publicidade	102	62	132	60,8	-53,0
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	58	54	60	93,1	-10,0
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	2	3	3	150,0	0,0
Taxa Municipal de Proteção Civil	944	822	873	87,1	-5,8
Diversos	37	45	18	121,6	150,0
TOTAL	1 972	2 486	1 958	126,1	27,0

Os impostos indiretos possuem uma execução de cerca de 2,5 milhões de euros, aumentando 27,0% relativamente ao ano transato, no montante de 528 milhares de euros.

Destes impostos, destacam-se as entradas de receita relativas à taxa municipal de proteção civil (822 milhares de euros), às taxas de infraestruturas (557 milhares de euros), às licenças de obras (547 milhares de euros) e ainda às taxas relativas à ocupação de via pública (270 milhares de euros).

5.4. Taxas, multas e outras penalidades

Esta rubrica apresenta um aumento de 106 milhares de euros em relação ao ano 2016, continuando o ritmo de crescimento verificado nos últimos anos.

As taxas específicas das autarquias locais aumentaram 103 milhares de euros, explicável pelo aumento mais significativo das taxas dos loteamentos e obras.

As multas e outras penalidades (contraordenações) também aumentaram em 3 milhares de euros, como se pode evidenciar no quadro infra.

Quadro 15. Taxas, multas e outras penalidades – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016	2017	Crescimento	Varição %
Taxas específicas das autarquias locais	1 415	1 518	103	7,3
Multas e outras penalidades	155	158	3	1,9

5.5. Rendimentos de propriedade

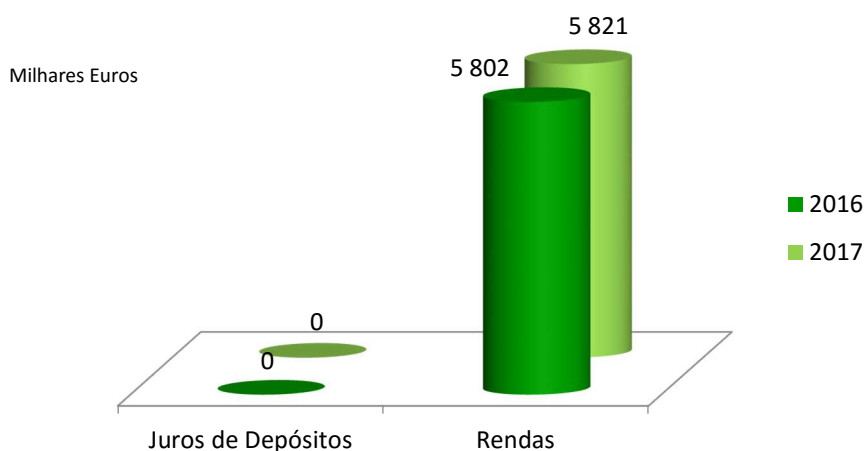
Quadro 16. Rendimentos de propriedade – 2016/17

Unid: milhares euros

	Execução 2016	Dotação 2017	Execução 2017	% Execução 2017	Varição %
Juros de Depósitos	0	0,350	0	0,0	0,0
Rendas	5 802	21 823	5 821	26,7	0,3
TOTAL	5 802	21 823	5 821	26,7	0,3

Os rendimentos de propriedade tiveram um ligeiro crescimento de 19 milhares de euros, o qual se fica a dever à arrecadação de rendas, nomeadamente, das concessões à EDP, SA e Águas do Sado, SA.

Gráfico 6. Rendimentos de propriedade – 2016/17



5.6. Transferências e subsídios

Quadro 17. Recebimentos nas transferências e subsídios – 2016/17

Unid: milhares euros

Transferências	Valor 2016	Valor 2017	Variação %
FEF/FSM/IRS			
Correntes	11 467	11 737	2,4
Capital	353	432	22,4
Fundos Comunitários			
Correntes	0	0	0,0
Capital	1 537	1 274	-17,1
Outras transferências			
Correntes	1 820	1 830	0,5
Capital	330	129	-60,9
TOTAL	15 507	15 402	-0,7

As transferências provenientes do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o fundo de equilíbrio financeiro (FEF), o fundo social municipal (FSM) e a participação variável no IRS, perfazem o montante de 12,2 milhões de euros, representando um crescimento de 400 milhares de euros relativamente ao ano transato.

A receita arrecadada com candidaturas participadas totaliza o montante de 1,3 milhões de euros, diminuindo em 263 milhares de euros em relação a 2016 (-17,1%).

As outras transferências, quer correntes quer de capital, totalizam uma receita arrecadada de 1,9 milhões de euros, sofrendo um ligeiro decréscimo quando comparado com o ano anterior no montante de 191 milhares de euros.

6. Movimentos de Tesouraria

O mapa abaixo diferencia os recebimentos e pagamentos relacionados com a execução orçamental corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria, espelhando sinteticamente o processo de execução das receitas e despesas, bem como, os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Quadro 18. Fluxos de caixa – 2017

Unid: milhares euros

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da gerência anterior		2 728	Despesas orçamentais		82 215
Execução orçamental	1 185		Correntes	59 643	
Operações de tesouraria	1 543		Capital	22 572	
Receitas orçamentais		81 115	Operações de tesouraria		6 403
Correntes	72 465		Saldo para a gerência seguinte		1 671
Capital	8 592		Execução orçamental	85	
Outras	58		Operações de tesouraria	1 586	
Operações de tesouraria		6 446			
TOTAL		90 289	TOTAL		90 289

O saldo da gerência anterior foi de 2,7 milhões de euros, composto por cerca de 1,2 milhões de euros em execução orçamental e cerca de 1,5 milhões de euros em operações de tesouraria.

Durante o ano 2017, foram arrecadados cerca de 81 milhões de euros em receitas orçamentais e realizaram-se cerca de 82 milhões de euros em despesas orçamentais, resultando um saldo para a gerência seguinte de 85 milhares de euros, de execução orçamental.

Nas operações de tesouraria foram arrecadadas 6,44 milhões de euros e realizados 6,4 milhões de euros, o que somado ao saldo da gerência anterior determina que tenha transitado para a gerência seguinte o montante de 1,58 milhões de euros.

Assim sendo, o saldo para a gerência seguinte é de 1,7 milhões de euros.

IV – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

7. Análise do Balanço

O balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira da Autarquia, apresentando a situação do património à data de encerramento do exercício, dando a conhecer por um lado o ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e, por outro lado, o passivo e o capital próprio que espelham a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Quadro 19. Balanço – 2017

Unid: milhares euros

	2017		2017
ATIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
IMOBILIZADO		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	35 017	Património	184 646
Imobilizações Incorpóreas	962	Reservas	48 056
Imobilizações Corpóreas	259 044	Doações	5 644
Investimentos Financeiros	9 379	Resultados Transitados	50 067
	304 402	Resultado Líquido do Exercício	6 294
		Total dos Fundos Próprios	294 707
EXISTÊNCIAS	22 668	PASSIVO	
		Provisões para riscos e encargos	1 237
DÍVIDAS DE TERCEIROS		Dívidas a terceiros – M. Longo prazo	
Empréstimos Concedidos	95	Empréstimos de Médio Longo Prazo	28 217
Clientes	180	Dívidas a terceiros – Curto prazo	
Contribuintes	4 585	Empréstimos de Curto Prazo	0
Utentes	5 788	Clientes com cauções	55
Clientes, cont. utentes Cob. Duvidosa	1 258	Fornecedores	21 755
Estado e Outros Entes Públicos	524	Credores pela execução do orçamento	0
Outros Devedores	29 546	Estado e Outros Entes Públicos	1 483
	41 976	Outros Credores	2 138
		Acréscimos e Diferimentos	56 486
DISPONIBILIDADES		Total do Passivo	111 371
Depósitos em Instituições de Crédito	1 665		
Caixa	7		
	1 672		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	35 360		
TOTAL DO ATIVO	406 078	TOTAL FUNDOS PRÓP. E PASSIVO	406 078

7.1. Ativo

O ativo municipal atingiu o total de 406 milhões de euros. O imobilizado representa 75%, as dívidas de terceiros 10,3%, os acréscimos e diferimentos representam 8,7%, devido ao cumprimento do princípio da especialização dos proveitos, referente ao imposto municipal sobre imóveis, à derrama e à participação variável no IRS. O circulante (existências) significa 5,6% e os depósitos apenas 0,4% do ativo municipal.

Quadro 20. Ativo – 2016/17

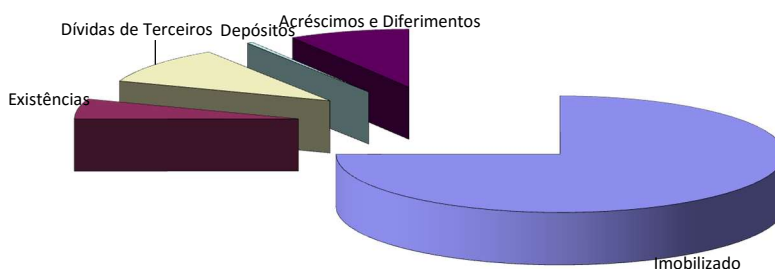
Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	298 789	76,2	304 402	75,0	5 613	1,9
Circulante	22 875	5,8	22 668	5,6	-207	-0,9
Dívidas de Terceiros	31 397	8,0	41 976	10,3	10 579	33,7
Depósitos	2 728	0,7	1 672	0,4	-1 056	-38,7
Acréscimos e Diferimentos	36 444	9,3	35 360	8,7	-1 084	-3,0
TOTAL	392 233	-	406 078	-	13 845	-

Analisando o ativo, este obteve um crescimento de 13,8 milhões de euros relativamente ao exercício anterior. Esta situação indica um incremento de 10,6 milhões de euros nas dívidas de terceiros e de 5,6 milhões de euros no imobilizado, quando comparado com o ano anterior.

Por outro lado, os acréscimos e diferimentos, decresceram em 1,1 milhões de euros, os depósitos em 1 milhão de euros e o circulante decresceu em 135 milhares de euros, relativamente a 2016.

Gráfico 7. Ativo – 2017



7.2. Imobilizado

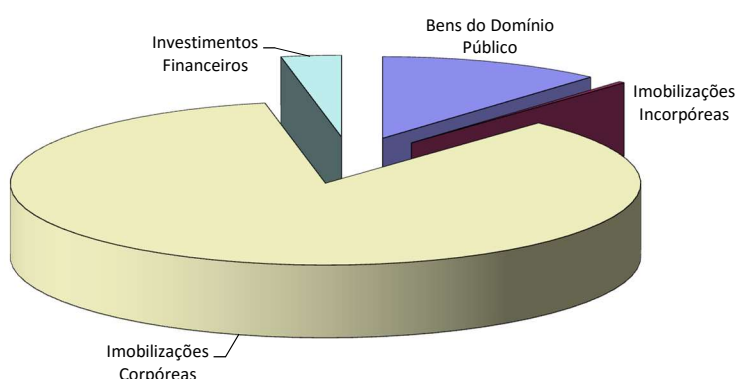
Quadro 21. Imobilizado – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Bens do Domínio Público	36 441	12,2	35 017	11,5	-1 424	-3,9
Imobilizações Incorpóreas	732	0,2	962	0,3	230	31,4
Imobilizações Corpóreas	252 237	84,4	259 044	85,1	6 807	2,7
Investimentos Financeiros	9 379	3,1	9 379	3,1	0	0,0
TOTAL	298 789	-	304 402	-	5 613	-

O imobilizado líquido apresenta um aumento de cerca de 5,6 milhões de euros, devido principalmente ao crescimento das imobilizações incorpóreas, no montante de 6,8 milhões de euros, fundamentado pela concretização de diversas obras de conservação e beneficiação no Concelho de Setúbal e devido também ao ligeiro crescimento das imobilizações incorpóreas.

Gráfico 8. Imobilizado – 2017



O decréscimo observado, nos bens do domínio público, no montante de 1,4 milhões de euros, provém da depreciação deste imobilizado no exercício em análise.

7.3. Dívidas de terceiros de curto prazo

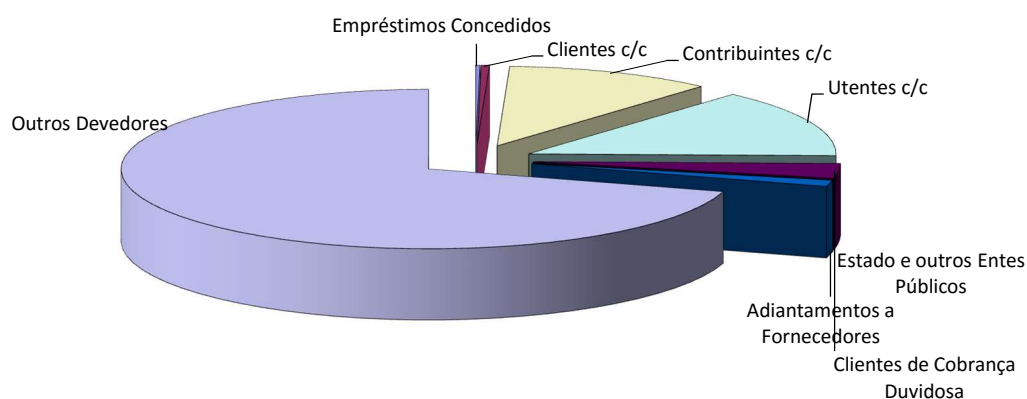
Quadro 22. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos Concedidos	95	0,30	95	0,23	0	0,0
Clientes c/c	31	0,10	180	0,43	149	480,6
Contribuintes c/c	4 176	13,30	4 585	10,92	409	9,8
Utentes c/c	4 772	15,20	5 788	13,79	1 016	21,3
Clientes de Cobrança Duvidosa	1 202	3,83	1 258	3,00	56	4,7
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	0,0
Estado e outros Entes Públicos	273	0,87	524	1,25	251	91,9
Outros Devedores	20 848	66,40	29 546	70,39	8 698	41,7
TOTAL	31 397	-	41 976	-	10 579	-

No ano 2017, o valor das dívidas de terceiros de curto prazo ascendeu a cerca de 42,0 milhões de euros, significando um acréscimo de cerca de 11 milhões de euros em relação ao ano transato. As rubricas que mais cresceram foram as dos utentes (inclui as dívidas referentes aos resíduos sólidos, cemitérios, mercados e feiras, instalações desportivas, culturais e recreativas, parques de estacionamento, refeições escolares e prolongamento) e as dívidas dos outros devedores (inclui principalmente o valor a receber das candidaturas participadas), destacando-se as seguintes: interface de Setúbal; otimização do sistema de saneamento de Setúbal; intervenções na encosta de São Filipe; obras de prevenção de cheias.

Gráfico 9. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2017



A rubrica das dívidas de terceiros a curto prazo inclui ainda as dívidas referentes a rendas de habitação municipal, renda da concessão da Águas do Sado, SA, taxas de loteamentos e obras e taxas diversas.

7.4. Fundos Próprios

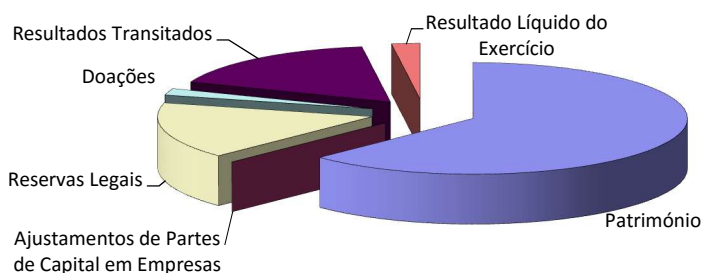
Quadro 23. Fundos Próprios – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Património	184 646	64,4	184 646	62,7	0	0,0
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Reservas	46 528	16,2	48 056	16,3	1 528	3,3
Doações	5 530	1,9	5 644	1,9	114	2,1
Resultados Transitados	45 545	15,9	50 067	17,0	4 522	9,9
Resultado Líquido do Exercício	4 627	1,6	6 294	2,1	1 667	36,0
TOTAL	286 876	-	294 707	-	7 831	2,8

Os fundos próprios totalizam 294,7 milhões de euros e são constituídos por: Património (184,6 milhões de euros), Reservas (48,1 milhões de euros), Doações (5,6 milhões de euros), Resultados Transitados (50,1 milhões de euros) e Resultado Líquido do Exercício (6,3 milhões de euros), verificando-se um acréscimo de 7,8 milhões de euros relativamente ao ano 2016.

Gráfico 10. Fundos Próprios – 2017



Os Resultados Transitados são a rubrica dos Fundos Próprios que apresentam um maior crescimento no ano 2017 (4,5 milhões de euros), devido à aplicação do Resultado Líquido do ano transato, conforme o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL.

O valor em reservas teve um acréscimo de 1,5 milhões de euros, decorrente do registo de diversas parcelas de terreno (no Bairro da Liberdade, no Vale de Cerejeiras e em Vendas de Azeitão) e devido também ao registo de algumas frações de habitação na Av. General Daniel de Sousa, em Setúbal.

O Resultado Líquido apurado é de 6,3 milhões de euros, significando um aumento de 1,7 milhões de euros relativamente ao exercício anterior, proveniente do aumento dos proveitos em 6,0 milhões de euros.

Mais à frente neste relatório, iremos analisar em pormenor os resultados municipais apurados.

7.5. Passivo

O passivo municipal ascendeu a 111,4 milhões de euros, sendo 28,2 milhões de euros referentes a dívidas de médio e longo prazo e 25,4 milhões de euros a dívidas de curto prazo, 1,2 milhões de euros de provisões para riscos e encargos e 56,5 milhões de euros de acréscimos e diferimentos.

Em comparação com o ano 2016, o passivo aumentou 6,0 milhões de euros, justificado pelo aumento dos acréscimos e diferimentos em 11,4 milhões de euros, apesar de todas as outras rubricas que compõem o passivo terem diminuído.

7.6. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo

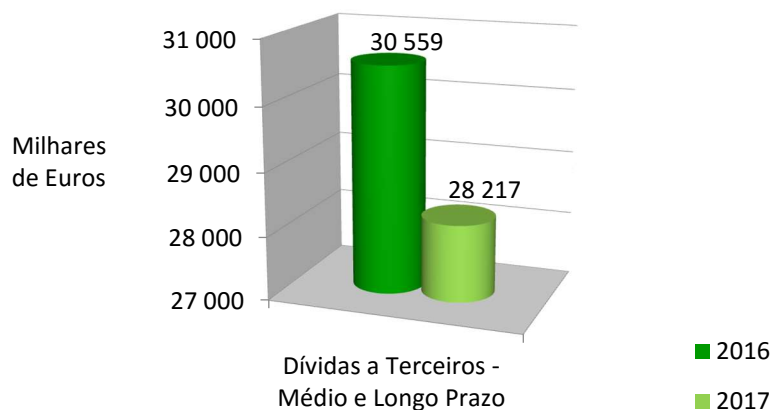
Quadro 24. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos - Médio e Longo Prazo	30 559	-	28 217	-	-2 342	-7,7
TOTAL	30 559	-	28 217	-	-2 342	-7,7

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo continuaram a apresentar uma trajetória descendente, materializada numa diminuição de 2,3 milhões de euros face ao ano anterior, graças às amortizações dos diversos empréstimos contraídos.

Gráfico 11. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2016/17



7.7. Dívidas a terceiros de curto prazo

Em 2017, as dívidas a terceiros de curto prazo decresceram em 2,7 milhões de euros face a 2016, mantendo a tendência de diminuição desta rubrica ao longo dos últimos três anos, situando-se o valor da mesma nos 25,4 milhões de euros.

Quadro 25. Dívidas a terceiros de curto prazo – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos de curto prazo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Clientes com Cauções	64	0,2	55	0,2	-9	-14,1
Fornecedores c/c	9 649	34,3	7 427	29,2	-2 222	-23,0
Fornecedores c/ caução	35	0,1	46	0,2	11	31,4
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	4 396	15,6	4 197	16,5	-199	-4,5
Fornecedores c/c - Factoring	617	2,2	396	1,6	-221	-35,8
Fornecedores c/c - Cessão de créditos	0	0,0	15	0,1	15	n.a.
Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Credores pela execução do orçamento	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fornecedores de imobilizado c/c	5 941	21,1	6 028	23,7	87	1,5
Fornecedores de imobilizado – Locação Financeira	0	0,0	409	1,6	409	n.a.
Fornecedores de imobilizado - Factoring	1 963	7,0	2 096	8,2	133	6,8
Fornecedores de imobilizado - Cessão de créditos	164	0,6	45	0,2	-119	-72,6
Fornecedores de imobilizado c/ cauções	1 015	3,6	1 096	4,3	81	8,0
Estado e outros Entes Públicos	1 856	6,6	1 483	5,8	-373	-20,1
Outros Credores	2 468	8,8	2 138	8,4	-330	-13,4
TOTAL	28 168	-	25 431	-	-2 737	-

n.a. – não aplicável

Decompondo sinteticamente esta rubrica, verificamos que os fornecedores diminuíram 2,4 milhões de euros, os fornecedores em conferência diminuíram 199 milhares de euros e os fornecedores de imobilizado aumentaram 591 milhares de euros. A dívida ao estado e outros entes públicos e aos outros credores diminuiu, respetivamente, 373 e 330 milhares de euros.

Realce-se que em 2017, foi realizado o movimento de especialização do acréscimo de custos da faturação pertencente a este exercício, mas cujo registo ocorre no exercício seguinte (utilização da conta 27.3 – Acréscimo de custos em contrapartida de diversas contas de custos).

Assim, ao valor de dívida teremos que adicionar o montante de 3,7 milhões de euros de forma a apurarmos o valor real da dívida a terceiros de curto prazo, situando-se esta nos 29,1 milhões de euros. Ainda assim verifica-se um decréscimo relativamente ao ano transato em cerca de 2,6 milhões de euros (no ano 2016, o valor real da dívida a terceiros de curto prazo era de 31,7 milhões de euros).

7.8. Acréscimo de custos e proveitos diferidos

A conta 27.3 - Acréscimo de Custos, reflete os custos a reconhecer no próprio exercício e cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores. De salientar as remunerações e respetivos encargos devidos pelo motivo de férias, cujo processamento e pagamento ocorre no ano 2018, mas que dizem respeito ao ano 2017, atingindo cerca de 3,8 milhões de euros.

A conta 27.4 – Proveitos Diferidos, inclui os subsídios/transferências de investimento a que a Autarquia tem direito nos termos da lei ou de contratos-programa. O aumento observado ficou a dever-se à abertura de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, no valor de 9,8 milhões de euros. Inclui ainda os proveitos diferidos provenientes das rendas recebidas pela Autarquia no valor de 144 milhares de euros e do dinheiro recebido relativo às aquisições pelos Municípios de habitações municipais cujas escrituras ainda não foram efetuadas, no valor de 362 milhares de euros.

Quadro 26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2016/17
Unid: milhares euros

	2016		2017		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Acréscimos de Custos	7 461	16,6	8 530	15,1	1 069	14,3
Proveitos Diferidos	37 620	83,4	47 955	84,9	10 335	27,5
TOTAL	45 081	-	56 485	-	11 404	-

7.9. Comparação dos balanços sucessivos
Quadro 27. Balanços sucessivos – 2015/16/17
Unid: milhares euros

	2017		2016		2015
	Valores	2017/16 Δ %	Valores	2016/15 Δ %	Valores
ATIVO					
Imobilizações Líquido	304 402	1,9	298 789	2,8	290 330
Existências	22 668	-0,9	22 875	-0,6	23 010
Créditos a curto prazo	41 976	33,7	31 397	5,5	29 685
Disponibilidades	1 672	-38,7	2 728	-175,3	7 511
Acréscimos e Diferimentos	35 360	-3,0	36 444	-11,1	40 476
TOTAL	406 078	-	392 233	-	391 012
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Capital	184 646	0,0	184 646	0,2	184 212
Reservas	48 056	3,3	46 528	19,1	37 646
Doações	5 644	2,1	5 530	1,2	5 462
Resultados Transitados	50 067	9,9	45 545	33,6	30 247
Resultados Líquidos	6 294	36,0	4 627	-262,4	16 767
Provisões	1 237	-20,1	1 548	40,9	915
Dívidas a terceiros (m.l.p.)	28 217	-7,7	30 559	-14,6	35 007
Dívidas a terceiros (c.p.)	25 431	-9,7	28 169	-49,0	41 960
Acréscimos e Diferimentos	56 486	25,3	45 081	13,9	38 796
TOTAL	406 078	-	392 233	-	391 012

Da análise ao triénio 2015-2017, é possível aferir que no ativo se verifica um crescimento continuado ao longo dos anos. O imobilizado líquido e os créditos a curto prazo apresentaram crescimentos significativos, operando-se um decréscimo continuado nas existências, nas disponibilidades e nos acréscimos e diferimentos.

Os fundos próprios e passivo, as reservas, as doações, os acréscimos e diferimentos e o resultado líquido têm crescido sempre ao longo do triénio, enquanto as dívidas a terceiros (a curto, médio e longo prazo), têm vindo a decrescer.

8. Análise da demonstração de resultados

Quadro 28. Demonstração de resultados – 2016/17

Unid: milhares euros

Custos e Perdas	2017	2016	Variação	Proveitos e ganhos	2017	2016	Variação
	Valor	Valor			Valor	Valor	
Custo das Mercadorias							
Vendas e Matérias Consumidas	1 149	881	30,4	Vendas de mercadorias e produtos	320	137	133,6
Fornecimentos e Serviços Externos	24 407	22 567	8,2	Prestações de serviços	10 988	15 241	-27,9
Remunerações	20 832	19 901	4,7	Total	11 308	15 378	-26,5
Encargos Sociais	6 104	5 372	13,6	Impostos e Taxas	41 184	32 688	26,0
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5 387	4 999	7,8				
Amortizações do Exercício	7 313	7 057	3,6	Proveitos Suplementares	0	0	0,0
Provisões do Exercício	522	831	-37,2	Transferências e Subsídios Obtidos	13 607	13 375	1,7
Outros Custos e Perdas Operacionais	51	43	18,6	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4 051	4 039	0,3
Total Custos Operacionais	65 765	61 651	6,7	Total Proveitos Operacionais	70 150	65 480	7,1
Custos e Perdas Financeiros	1 035	1 046	-1,1	Proveitos e Ganhos Financeiros	25	22	13,6
Total de Custos Financeiros	1 035	1 046	-1,1	Total de Proveitos Financeiros	25	22	13,6
Custos e Perdas Extraordinários	857	593	44,5	Proveitos Extraordinários	3 776	2 415	56,4
Total de Custos Extraordinários	857	593	44,5	Total Proveitos Extraordinários	3 776	2 415	56,4
Res. Líquido do Exercício	6 294	4 627	36,0				
TOTAL	73 951	67 917	8,9	TOTAL	73 951	67 917	8,9

Os custos e perdas operacionais totalizaram 65,8 milhões de euros, significando uma variação positiva de 6,7%, face a 2016. Tal situação ficou a dever-se ao aumento generalizado de todos os custos operacionais, excetuando as provisões do exercício, as quais decresceram 37,2%.

O valor registado pelos custos e perdas financeiros, com cerca de 1,0 milhão de euros, diminuiu ligeiramente (1,1%) face ao ano anterior, devido à diminuição do valor dos encargos com os juros dos empréstimos contraídos.

Os custos e perdas extraordinários foram de 857 milhares de euros, aumentando 44,5% face ao ano 2016 (264 milhares de euros).

Os proveitos operacionais obtiveram um acréscimo de 7,1%, no valor de 4,7 milhões de euros, justificável pelo aumento generalizado dos proveitos operacionais, excetuando as vendas de prestações de serviços que registaram uma quebra de 27,9%.

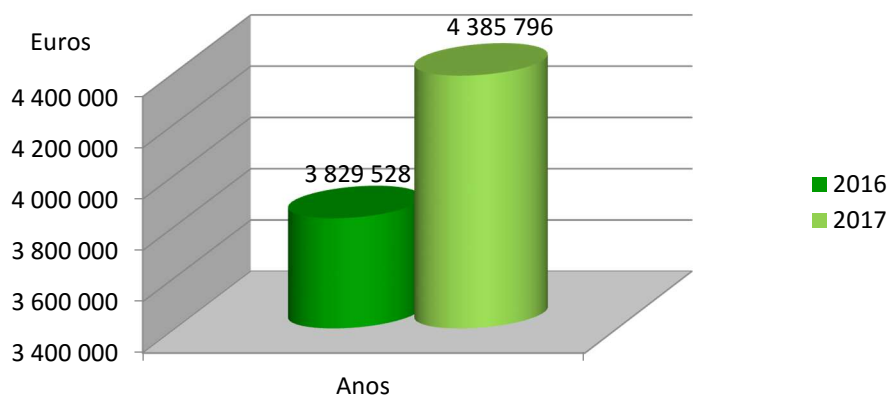
Os proveitos financeiros, com 25 milhares de euros, aumentaram ligeiramente (13,6%) relativamente ao ano 2016.

Os proveitos extraordinários tiveram um aumento de 1,4 milhões de euros devido ao aumento de alienação de imobilizações corpóreas.

8.1. Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais de 2017, aumentaram em comparação com o valor do exercício anterior em 556 milhares de euros, tendo atingido o valor de 4,4 milhões de euros, em consequência do aumento generalizado dos proveitos operacionais que superaram o aumento também generalizado dos custos operacionais.

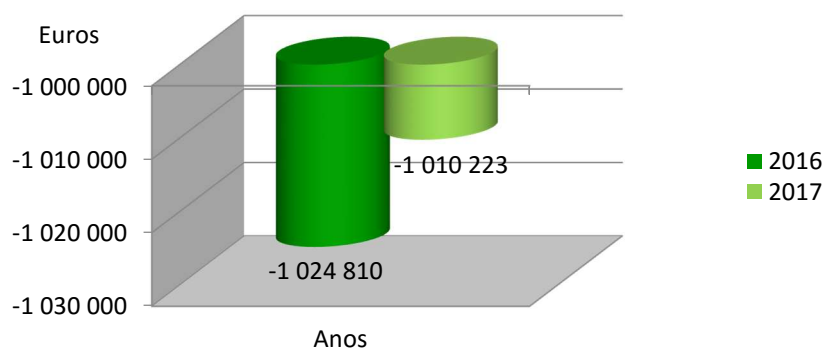
Gráfico 12. Resultados operacionais – 2016/17



8.2. Resultados financeiros

Os resultados financeiros atingiram um valor negativo de 1,0 milhão de euros, tendo aumentado ligeiramente no montante de 15 milhares de euros, em consequência da diminuição dos juros derivados dos empréstimos contraídos, devido à diminuição da Euribor (tendo-se atingido taxas negativas).

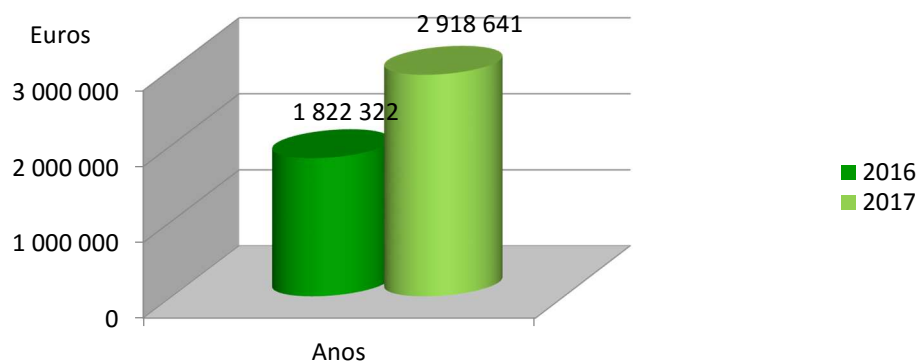
Gráfico 13. Resultados financeiros – 2016/17



8.3. Resultados extraordinários

Os resultados extraordinários apresentam uma significativa evolução positiva na ordem dos 1,1 milhões de euros, devido ao aumento dos proveitos extraordinários.

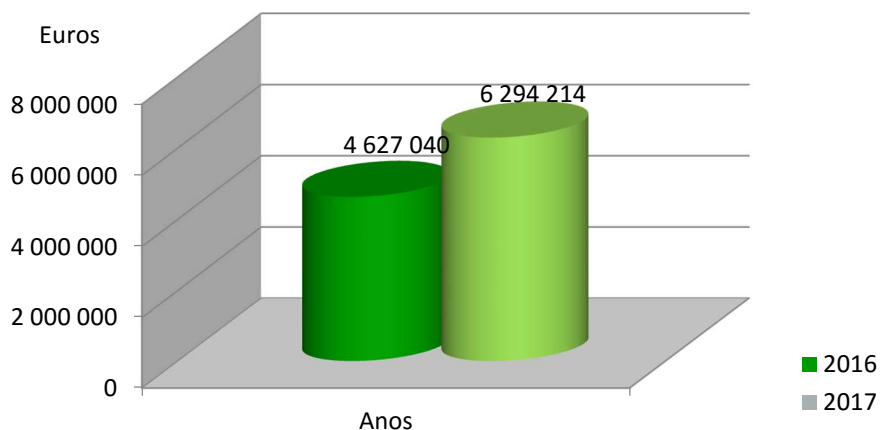
Gráfico 14. Resultados Extraordinários – 2016/17



8.4. Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício de 2017 é de 6,3 milhões de euros, obtendo-se um crescimento de 1,7 milhões de euros, relativamente ao exercício de 2016.

Gráfico 15. Resultado líquido do exercício – 2016/17



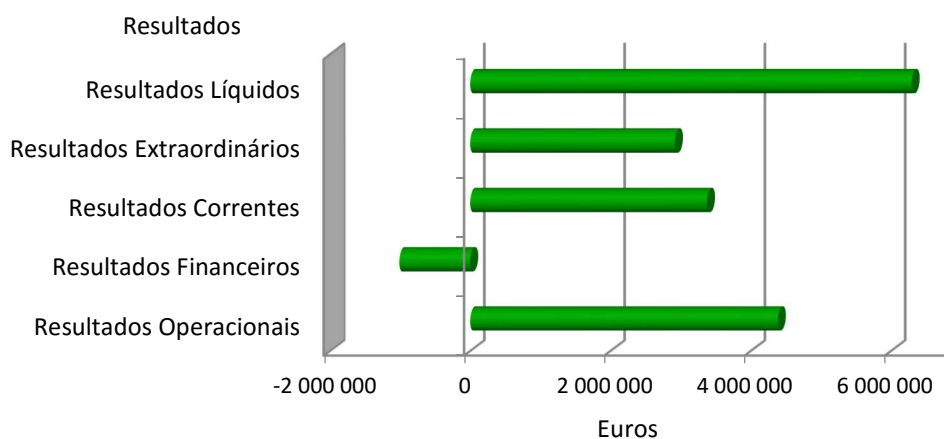
A título comparativo com o ano anterior temos:

Quadro 29. Evolução dos resultados – 2016/17

Unid: euros

	2016	2017	Crescimento	
			Valor	%
Resultados Operacionais	3 829 528	4 385 796	556 268	14,5
Resultados Financeiros	-1 024 810	-1 010 223	14 587	1,4
Resultados Correntes	2 804 718	3 375 573	570 855	20,4
Resultados Extraordinários	1 822 322	2 918 641	1 096 319	60,2
Resultados Líquidos	4 627 040	6 294 214	1 667 174	36,0

Gráfico 16. Apuramento de Resultados – 2017



Em síntese, os Resultados da Autarquia melhoraram todos em comparação com o exercício de 2016, denotando-se a continuidade da estratégia de contenção das despesas e do esforço continuado de arrecadação de receita.

9. Dívida

9.1. Dívida bancária municipal

O valor do capital em dívida referente aos empréstimos municipais no final do ano 2017 era de 28,2 milhões de euros.

Quadro 30. Endividamento bancário líquido – 2015/16/17

Unid: milhares euros

Dívida Municipal	2015	2016	2017
Capital em dívida em 01/jan	39 559	42 507 ⁽²⁾	30 559 ⁽³⁾
Juros	180	272	109
Amortizações	9 552	21 949	8 962
Capital em dívida em 31/dez	42 507 ⁽¹⁾	30 559	28 217 ⁽⁴⁾
Endividamento Bancário Líquido	-2 948	11 948	2 342

(1) Foram libertados 7,5 e 5,0 milhões de euros, em julho e setembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

(2) Foram libertados 5,0; 2,5 e 2,5 milhões de euros, em maio, junho e setembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

(3) Foram libertados 1,5; 1,0 e 1,0 milhões de euros, em março, abril e novembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

(4) Foram libertados 2,0 milhões de euros e 116 milhares de euros referentes a empréstimos de médio e longo prazo. E efetuadas aumentos de dívida, provenientes de correções de anos anteriores, nos empréstimos n.ºs 1732 e 1729 contraídos com a CGD e no empréstimo de reequilíbrio financeiro contraído com BPI, no valor total de 4 milhares de euros

Em 2015, o endividamento bancário líquido aumentou 2,9 milhões de euros, devido à contração de dois empréstimos de curto prazo com as instituições bancárias Caixa de Crédito Agrícola da Costa Azul, CRL e Novo Banco, SA, no montante de 7,5 e 5,0 milhões de euros, respetivamente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

Ressalvamos que, o empréstimo de curto prazo de 5,0 milhões de euros, não teve impacto no endividamento bancário líquido, pois o mesmo foi contraído e totalmente amortizado durante o ano económico de 2015. O outro empréstimo de curto prazo, de 7,5 milhões de euros, de acordo com a alínea b), do Artigo 3.º, da Lei n.º 7/98, de 03 de fevereiro, transformou-se em dívida fundada ao não ter sido totalmente amortizado no exercício económico em que foi contraído.

Em 2016, o endividamento diminuiu 11,9 milhões de euros, tendo sido totalmente amortizado o empréstimo de curto prazo de 7,5 milhões de euros, que tinha sido contraído no ano anterior junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul, CRL. Foram ainda contraídos e totalmente amortizados três empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, com as instituições bancárias Novo Banco, SA; Banco Santander Totta, SA e Banco BPI, SA, no montante de 5,0 milhões de euros; 2,5 milhões de euros e 2,5 milhões de euros, respetivamente.

Em 2017, endividamento bancário líquido diminuiu 2,3 milhões de euros, tendo sido contraídos e totalmente amortizados dois empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria com as instituições bancárias Banco Santander Totta, SA e Banco Bilbao Viscaya Argentaria, SA, no montante de 2,5 milhões de euros e 2,0 milhões de euros, respetivamente.

Foram ainda contraídos dois empréstimos de médio e longo prazo: um com o Instituto da Habitação e da Reabilitação, IP, no montante de 116 milhares de euros para financiamento da intervenção de reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças (no âmbito do programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional “Reabilitar para Arrendar”) e outro, no montante de 2,3 milhões de euros, com o Banco Santander Totta, SA para financiamento de despesas de investimento.

Por outro lado, foram efetuados aumentos de dívida em três empréstimos de médio e longo prazo, provenientes de correções de anos anteriores, estando a dívida destes empréstimos contabilizada abaixo do seu montante real. Estes aumentos foram de 982,28 euros, no empréstimo n.º 1732, da Caixa Geral de Depósitos, SA, de 3 297,10 euros, no empréstimo n.º 1729, da Caixa Geral de Depósitos, SA e de 16,71 euros, no empréstimo de reequilíbrio financeiro do Banco BPI, SA.

9.2. Endividamento municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que entrou em vigor em janeiro de 2014, veio introduzir um novo conceito de dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o da dívida total.

A dívida total corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida da Autarquia), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais (incluem, para além das cauções, os valores que estejam em dívida de operações de tesouraria, bem como receitas cobradas para terceiros).

À dívida total apurada da Autarquia acrescem as dívidas totais de todas as entidades relevantes.

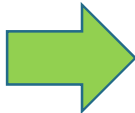
A 01 de janeiro de 2017, foi calculado o limite da dívida total, no valor de 99,8 milhões de euros. Esta situação encontra-se em conformidade com a disposição legal que determina que as dívidas de operações orçamentais da Autarquia, acrescidas das dívidas previstas no artigo 54.º, do RFALEI, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total da Autarquia, a 31 de dezembro de 2017, era de 50,3 milhões de euros, à qual somando as dívidas totais das entidades relevantes, no valor de 789 euros, não altera o valor da dívida total a considerar, continuando esta nos 50,3 milhões de euros.

A situação da dívida total da Autarquia face ao limite legal apresenta uma margem disponível no valor de 49,5 milhões de euros, conforme quadro abaixo.

Por último, de acordo com a alínea b), do n.º 3, do artigo 52.º, do RFALEI, a Autarquia tem como margem utilizável de endividamento o montante de 9,9 milhões de euros, que corresponde a 20% da margem disponível.

Quadro 31. Dívida total – 2017

Limite da DBM (1)	99 798 953,54 €		Margem Disponível	
Dívida Total (2)	50 288 532,58 €			
Contribuição AM, SM e SEL para a DBM (3)	788,85 €		49 509 632,11 €	
Dívida Total a considerar (4 = 2 + 3)	50 289 321,43 €			
Situação da DBM face ao limite (5 = 1 - 4)	49 509 632,11 €			

9.3. Pagamentos em atraso e prazo médio de pagamentos

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a Autarquia tem de apurar se tem pagamentos em atraso, ou seja, se tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, ou em documentos equivalentes.

A 31 de dezembro de 2017, possuía pagamentos em atraso no valor de 6,1 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 11,5% em relação ao ano transato.

Quadro 32. Pagamentos em atraso – 2016/17

Unid: milhares euros

	2016	2017	Comparação	
			Valor	%
Pagamentos em Atraso	6 918	6 124	-794	-11,48

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, o qual aponta o número de dias que a Autarquia demora a pagar aos seus fornecedores, no ano 2017 é de 216 dias, aumentando 10 dias relativamente ao ano anterior.

Quadro 33. Prazo médio de pagamentos – 2016/17

	2016	2017	Unid: dias	
			Comparação	
			Valor	%
Prazo Médio de Pagamentos	206	216	10	4,85

O seu cálculo é efetuado através da relação do valor médio trimestral da dívida a curto prazo a fornecedores com a soma das aquisições de bens e serviços nos últimos 4 trimestres.

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

Onde,

PMP – Prazo médio de pagamentos

DF – Valor da dívida de curto prazo a fornecedores, observada no final de um trimestre

A – Aquisições de bens e serviços efetuados no trimestre

10. Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

Não foram registados contabilisticamente os encargos respeitantes aos juros, com as utilizações dos empréstimos de curto prazo, de 2 500 000,00 euros contraído com o Banco Santander Totta, SA, e de 2 000 000,00 euros contraído com o Banco Bilbao Viscaya Argentaria, SA.

11. Proposta de aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a transição do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 6 294 213,90 euros, para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Setúbal, 29 de março de 2018

A Presidente da Câmara

(Maria das Dores Meira)

Listagem de Gráficos utilizados:

1. Grandes opções do plano – 2017;
2. Pagamentos – 2017;
3. Despesa por unidade orgânica – 2017;
4. Recebimentos – 2016/17;
5. Impostos diretos – 2016/17;
6. Rendimentos de propriedade – 2016/17;
7. Ativo – 2017;
8. Imobilizado – 2017;
9. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2017;
10. Fundos próprios – 2017;
11. Dívidas de terceiros de médio e longo prazo – 2016/17;
12. Resultados operacionais – 2016/17;
13. Resultados financeiros – 2016/17;
14. Resultados extraordinários – 2016/17;
15. Resultado líquido do exercício – 2016/17;
16. Apuramento de resultados – 2017.

Listagem de Quadros utilizados:

1. Despesas por objetivos – 2017;
2. Evolução da execução orçamental – 2014/15/16/17
3. Indicadores – 2014/15/16/17;
4. Poupança corrente do exercício – 2016/17;
5. Regra do equilíbrio orçamental - 2017;
6. Saldo global efetivo – 2016/17;
7. Pagamentos – 2016/17;
8. Despesa por unidade orgânica – 2016/17;
9. Pagamentos nas transferências e subsídios – 2016/17;
10. Compromissos assumidos – 2016/17;
11. Compromissos por pagar – 2015/16/17;
12. Recebimentos – 2016/17;
13. Impostos diretos – 2016/17;
14. Impostos indiretos – 2016/17;
15. Taxas, multas e outras penalidades – 2016/17;
16. Rendimentos de propriedade – 2016/17;
17. Recebimentos nas transferências e subsídios – 2016/17;
18. Fluxos de caixa – 2017;
19. Balanço – 2017;
20. Ativo – 2016/17;
21. Imobilizado – 2016/17;
22. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2016/17;
23. Fundos próprios – 2016/17;
24. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2016/17;
25. Dívidas a terceiros a curto prazo – 2016/17;
26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2016/17;
27. Balanços sucessivos – 2015/16/17;
28. Demonstração de resultados – 2016/17;
29. Evolução dos resultados – 2016/17;
30. Endividamento bancário líquido – 2015/16/17;
31. Dívida total – 2017;
32. Pagamentos em atraso – 2016/17;
33. Prazo médio de pagamento – 2016/17.